



## **CAMARA DOS DEPUTADOS**

### **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO.**

#### **REQUERIMENTO DE AUDIENCIA PUBLICA Nº DE 2013 (Do Sr. Onyx Lorenzoni)**

Requer realização de Audiência Pública para tratar da problemática dos registros de armas de fogo vencidos.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e dos arts. 24, VII, 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. Bene Barbosa Presidente da ONG Movimento Viva Brasil, o Sr. Salésio Nuhs – Presidente da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições (ANIAM) e o Sr. Daniel Sampaio Delegado aposentado da Polícia Federal, para tratar da problemática dos registros de armas de fogo vencidas.

#### **Justificativa**

A Lei 10.826/03 dispõe que os requisitos de que tratam os incisos I, II e III do art. 4º deverão ser comprovados periodicamente, em período não inferior a 3 anos, para a renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo - CRAF.

Assim sendo, a cada 3 anos, o proprietário de uma arma de fogo deverá comparecer a uma delegacia da Polícia Federal e comprovar, dentre outros requisitos, a efetiva necessidade de manter a posse de sua arma, realizar exames psicológico e prático, juntar certidões, bem como, pagar taxa de renovação.

Cumpra informar, que este prazo foi estipulado, pois a Lei nº 10.826/03 foi concebida na certeza de que o referendo ocorrido em 2005 iria proibir a venda de armas e munições no Brasil. Desta forma, a renovação a cada 3 anos, inclusive com o cumprimento de exigências inviáveis, seria uma forma de, progressivamente, desestimular o proprietário a realizar a renovação do Certificado de Registro de sua arma.

No entanto, com a vitória do “não à proibição”, a legislação ficou totalmente dissociada ao resultado do referendo, o que resultou em milhões de armas irregulares.

A prática tem nos mostrado que o excesso de burocracia e a renovação em tão curto espaço de tempo, tem feito com que os proprietários deixem de manter regularizada a situação de suas armas, passando a ficar com elas na ilegalidade. A cada ano que passa, o sistema da Polícia Federal fica mais defasado, pois menos proprietários realizam a renovação de suas armas.

Prova disto é que em 2010 havia 8.974.456 de armas de fogo com registro ativo. Já em 2012, o número passou para apenas 1.291.661. Com isso, 7.682.795 de armas encontram-se irregulares, com seus registros vencidos.

O que podemos observar, é que as atuais restrições, ao invés de dar maior controle às armas existentes nas mãos dos brasileiros, possuem efeito contrário. Faz com que, a cada período, mais brasileiros deixem de realizar a renovação do registro. No entanto, também não entregam suas armas nas Campanhas de Desarmamento, permanecendo com elas na ilegalidade.

Há vários casos inclusive, conforme matérias divulgadas pela mídia, em que o cidadão de bem, ao tentar se defender, é preso, pois não realizou a renovação do registro de sua arma.

No mais, outro grande impasse em cumprir este prazo (renovação do registro a cada 3 anos) é referente à falta de estrutura da Polícia Federal. As dificuldades incluem as dimensões continentais do Brasil e áreas de difícil acesso. São apenas 850 psicólogos e 120 instrutores de tiro cadastrados, e 143 unidades da Polícia Federal, para avaliar milhões de laudos em todo o Brasil a cada período. Isso significa que faltam profissionais para realizar esta ação em um período de tempo tão pequeno.

Algumas unidades da Polícia Federal levaram mais de 1 ano para expedir o Certificado de Registro.

Ao legislar sobre o Estatuto, deixou-se de considerar ainda, que grande parcela dos proprietários de armas não se encontra sediada em grandes centros urbanos, como por exemplo, pequenos proprietários rurais, sítiantes, sertanejos, seringueiros, índios, etc., e que na maioria das vezes, a dificuldade de locomoção e a falta de acesso a informações existentes nas áreas rurais, acabaram sendo fatores determinantes para a não renovação de seu Certificado de Registro, fato este que levou milhões de brasileiros à ilegalidade da noite para o dia.

Assim, para que o Estado não perca o controle das armas que hoje já estão registradas no Sinarm e também daquelas que ainda serão cadastradas, é necessário conceder meios possíveis, viáveis para a realização deste procedimento.

É sabido, que mencionada Lei foi editada visando o controle da criminalidade, que nos dias atuais alcançam índices alarmantes. No entanto, a título de coibir o uso de armas de fogo pela população civil, transgrediu os princípios constitucionais da razoabilidade e supremacia do interesse público, que devem pautar tanto os atos administrativos do Executivo quanto as leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

Isto porque, as leis devem conceder à população, bem como ao Poder Público, meios físicos e humanos para o alcance de seus objetivos, visando assegurar os direitos garantidos pelos cidadãos, especialmente o direito soberanamente conquistado pelo voto popular no referendo de 2005.

Desta maneira, dada à importância do tema, e tendo em vista as razões expostas, solicitamos o apoio dos membros da Comissão para a aprovação deste Requerimento, que visa tratar do assunto em referência em Audiência Pública específica.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 2013.

**Deputado ONYX LORENZONI**

**DEM/RS**